



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

VOTO DLA

RELATORIA: DLA

TERMO: VOTO A DIRETORIA

NÚMERO: 12/2025

OBJETO: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DA CONCESSIONÁRIA EPR LITORAL PIONEIRO S.A. - AUTORIZAÇÃO DE INÍCIO DE OBRAS DE MELHORIA, APÓS A ENTREGA DO PROJETO EXECUTIVO, SEM O CERTIFICADO DE INSPEÇÃO

ORIGEM: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA (SUROD)

PROCESSO (S): 50500.168692/2024-13

PROPOSIÇÃO PF/ANTT: PARECER n. 00202/2024/PF-ANTT/PGF/AGU

ENCAMINHAMENTO: À VOTAÇÃO - PELA APROVAÇÃO

EMENTA

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DO EDITAL Nº 002/2023, A SER CELEBRADO ENTRE A ANTT E A CONCESSIONÁRIA EPR LITORAL PIONEIRO S/A. NECESSIDADE DE ALTERAR O CONTRATO PARA DISPENSAR A OBRIGATORIEDADE DA ENTREGA DE CERTIFICADO DE INSPEÇÃO COMO CONDIÇÃO PARA A AUTORIZAÇÃO DE INÍCIO DE OBRA, PARA AS OBRAS DO ITEM 3.2 FRENTE DE AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE, MELHORIAS E MANUTENÇÃO DE NÍVEL DE SERVIÇO DO PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO DA RODOVIA - PER, PREVISTAS PARA SEREM EXECUTADAS ATÉ O 5º ANO DE CONCESSÃO. RELATOR ENCAMINHA À VOTAÇÃO, PELA APROVAÇÃO.

1. DO OBJETO

1.1. Trata-se da proposta de minuta de 2º Termo Aditivo ao [Contrato do Edital de Concessão nº 002/2023](#), a ser celebrado entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a concessionária EPR Litoral Pioneiro S/A, com vistas a alterar o contrato para dispensar a obrigatoriedade da entrega de certificado de inspeção como condição para a autorização de início de obra, para as obras do item 3.2 Frente de Ampliação de Capacidade, Melhorias e Manutenção de Nível de Serviço do Programa de Exploração da Rodovia - PER, previstas para serem executadas até o 5º ano de concessão.

2. DOS FATOS

2.1. Em 25/09/2023, mediante o Ofício Circular SEI nº 2067/2023/GEGIR/SUROD/DIR-ANTT (SEI nº 19904882), a Gerência de Gestão de Investimentos Rodoviários (GEGIR) da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária (SUROD) indagou a concessionária EPR Litoral Pioneiro S/A, dentre outras, se havia interesse em realizar um termo aditivo ao seu respectivo Contrato de Concessão que possibilitasse, em um período reduzido durante o qual se concentram uma grande quantidade de obras (entre o 3º e o 5º ano de concessão), a dispensa da obrigatoriedade da entrega de certificado de inspeção como condição para a autorização de início de obra. Contudo, tal autorização estaria condicionada à apresentação do projeto executivo com a certificação de inspeção antes da conclusão da obra, de forma semelhante à previsão contida no Art. 18 da [Instrução Normativa ANTT nº 19/2023](#), para as obras que integram a Fase de Trabalhos Iniciais do PER.

2.2. Em resposta, a Concessionária EPR Litoral Pioneiro protocolou em 08/07/2024 a Carta ELP-GAC-0358/24 (SEI nº 24584047), pela qual manifestou seu interesse na celebração do termo aditivo nas condições estabelecidas pela SUROD. Além disso, a concessionária informou que tem encontrado dificuldades para apresentar o projeto executivo com certificado de inspeção no prazo compatível com as datas de entrega estabelecidas no PER por inúmeros motivos, quais sejam: a restrição de Organismos de Inspeção Acreditada - OIA pelo INMETRO ser restrita, contando com apenas 13 (treze) empresas autorizadas para a atividade de inspeção, e dessas, 12 (doze) estão autorizadas para acreditar projetos rodoviários e 11 (onze) autorizadas para acreditar obras rodoviárias; a recente mobilização da Concessionária no Estado do Paraná; e, o tempo necessário para contratação e desenvolvimento de projetos adequados à inspeção e acreditação pelos OIAs.

2.3. Em 06/09/2024, a SUROD expediu a Nota Técnica nº 6857/2024/COGIN/GEGIR/SUROD/DIR-ANTT (SEI nº 26017153), pela qual aborda, em seu conteúdo, a avaliação e verificação dos aspectos relacionados à motivação e mérito contratual, alteração e Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, e a Revisão e Reequilíbrio Econômico-Financeiro da Tarifa Básica de Pedágio - TBP. A superintendência concluiu pela admissibilidade, viabilidade técnica e contratual do termo aditivo proposto, com vistas a permitir uma regra temporária de autorização de início de obra, com apresentação do certificado de inspeção do projeto executivo *a posteriori* ao início da obra. Além disso, a SUROD destacou que a proposta vai a favor da prestação de serviço adequado e da modicidade tarifária, bem como atende aos princípios da Administração Pública, como da finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, eficiência e indisponibilidade do interesse público (Art. 37, *caput*, da [Constituição Federal/1988](#); Art. 20, II, "b", da [Lei nº 10.233/2001](#); Art. 2º da [Lei nº 9.784/1999](#); Art. 2º, II, "b" do [Decreto nº 4.130/2002](#)).

2.4. Em 23/09/2024, a Concessionária EPR Litoral Pioneiro recebeu a proposta de minuta de Termo Aditivo (SEI nº 25940953) para sua ciência e concordância, por meio do Ofício nº 29023/2024/COGIP/GEGIR/SUROD/DIR-ANTT (SEI nº 26097807).

2.5. Posteriormente, mediante a Carta ELP-REG-241007-0001 (SEI nº 26453718), de 07/10/2024, a Concessionária apresentou suas considerações, referente à proposta de minuta de Termo Aditivo (SEI nº 25940953).

2.6. Após análise dos apontamentos feitos pela EPR Litoral Pioneiro, a SUROD apresentou nova minuta de Termo Aditivo (SEI nº 26721736) para anuência e manifestação da Concessionária, por meio do Ofício SEI nº 33254/2024/COGIP/GEGIR/SUROD/DIR-ANTT (SEI nº 26721838), de 21/10/2024.

2.7. A anuência da Concessionária à proposta da minuta de Termo Aditivo (SEI nº 26721736) foi apresentada por intermédio da Carta ELP-REG-241028-0001 (SEI nº 27021396), juntamente com a Declaração de Veracidade das Informações (SEI nº 27021397), ambos de 28/10/2024.

2.8. Desta feita, mediante o Despacho COGIP (SEI nº 27033802), 29/10/2024, a SUROD encaminhou a minuta de Termo Aditivo COGIP (SEI nº 27031632), juntamente com Nota Informativa (SEI nº 27031838), para análise jurídica da Procuradoria Federal junto à ANTT (PF-ANTT), nos termos da [Portaria Conjunta DG/PF-ANTT nº 1/2023](#) e em atendimento à [Instrução Normativa ANTT nº 12/2022](#).

2.9. Em resposta, a PF-ANTT exauriu em 12/12/2024 o Parecer n. 00202/2024/PF-ANTT/PGF/AGU (SEI nº 28312380), de 19/11/2024, corroborado pelo Despacho de Aprovação n. 17184/2024/PF-ANTT/PGF/AGU (SEI nº 28312381), no qual a alteração contratual foi reconhecida jurídica, formal e materialmente como possível. Contudo, a PF/ANTT realizou os apontamentos, a saber:

2.1 Sugestões de ajustes na minuta de aditivo

CLÁUSULAS QUARTA E QUINTA - DO VALOR E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

14. Recomenda-se a exclusão integral da Cláusula Quarta (Do Valor), por ser desnecessária ao objeto do termo aditivo. A afirmação de que "não é necessário apurar valores financeiros" é pressuposto à celebração do aditivo nestes termos e não compromisso assumido nesse momento. A conclusão - que decorre dessa

desnecessidade de apurar valores - deve estar refletida na cláusula seguinte que se presta a atestar que as modificações promovidas pelo aditivo não importam em desequilíbrio econômico-financeiro do contrato que deva ser recomposto.

15. Sendo assim, sugerimos nova redação para a Cláusula Quinta:

5.1 As alterações promovidas por este Termo Aditivo não impactam o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão Edital nº 002/2023, tendo em vista que os encargos, riscos, quantidades, prazos e custos de implantação da obras previstas originalmente do item 3.2 Frente de Ampliação de Capacidade, Melhorias e Manutenção de Nível de Serviço do Programa de Exploração da Rodovia - PER são mantidos e continuam sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA SEXTA

16. Como vindo sendo recomendado por esta PFANTT, desde o PARECER n. 00029/2024/PF-ANTT/PGF/AGU e NOTA n. 00470/2024/PF-ANTT/PGF/AGU, os aditivos contratuais deverão ser publicados segundo as regras do artigo 94 da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), o que significa dizer que as publicações de termos aditivos devem se dar no Portal Nacional de Contratações Públicas, garantindo-lhes eficácia, na forma da lei.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

17. Recomenda-se a exclusão desta cláusula. A previsão é desnecessária, uma vez que o regime de resolução de controvérsias já está estabelecido no contrato de concessão original, não havendo necessidade de reiteração no presente termo aditivo.

18. Sugere-se, por fim, que as cláusulas remanescentes (vigência/publicação e ratificação) sejam renumeradas após a exclusão das cláusulas indicadas, mantendo-se suas redações originais. A simplificação proposta, parece-nos, contribuirá para maior clareza e objetividade do instrumento, mantendo apenas as disposições efetivamente necessárias à implementação da alteração pretendida.

2.10. Por conseguinte, foi juntada nova minuta de Termo Aditivo aos autos (SEI nº 28564250) com vistas, unicamente, para atender às sugestões da PF-ANTT. Dessa forma, por meio do Ofício SEI nº 41266/2024/COGIP/GEGIR/SUOD/DIR-ANTT (SEI nº 28564686) encaminhamos à Concessionária nova minuta de Termo Aditivo (SEI nº 28564250) nos moldes da recomendação feita pela PF/ANTT.

2.11. Em 30/12/2024, a Concessionária Litoral Pioneiro concordou com a minuta de Termo Aditivo (SEI nº 28564250) por intermédio da Carta ELP-REG-241226-0009 (SEI nº 28673385) juntamente com a Declaração de Veracidade das informações prestadas (SEI nº 28673391).

2.12. Em atendimento ao art. 39, § 2º, inciso I, do Regimento Interno da ANTT e em consonância com o art. 4º da Instrução Normativa 12/2022, o Superintendente assinou em 10/01/2025 o Relatório à Diretoria SEI nº 818/2024 (SEI nº 28695485), encaminhando para apreciação da Diretoria a proposta de celebração do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Edital nº 002/2023, nos termos da Minuta de Termo Aditivo acostada aos autos (SEI nº 28695504).

2.13. Também seguiram com o Relatório supracitado as minutas de Extrato de Termo Aditivo (SEI nº 28695473) e de Deliberação (SEI nº 28695482), bem como o Despacho de Instrução (SEI nº 28695487), por meio do qual é informado que "o processo reúne as condições previstas no § 1º do art. 39 do Regimento Interno, que o torna apto para ser sorteado entre os Diretores".

2.14. Ato contínuo, o Chefe de Gabinete do Diretor-Geral remeteu no mesmo dia 10/01/2025 os autos à Secretaria-Geral para inclusão do processo na pauta de sorteio, conforme consta no Despacho (SEI nº 28939567).

2.15. Por fim, os autos foram distribuídos a esta Diretoria no próprio dia 10/01/2025, conforme consta na Certidão de Distribuição constante dos autos (SEI nº 28942783).

2.16. São os fatos. Passa-se à análise.

3. DA ANÁLISE PROCESSUAL

3.1. A matéria foi analisada pela Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUOD em cumprimento ao disposto no Art. 32, inciso XII do Regimento Interno da ANTT, conforme a [Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022](#).

Da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária

Art. 32. À Superintendência de Infraestrutura Rodoviária compete:

(...)

XII - elaborar e submeter à Diretoria Colegiada as propostas de alterações dos contratos de concessão rodoviária e de reajuste e revisão; (Redação dada pela [Resolução 6017/2023/DG/ANTT/MT](#))

3.2. A proposta vem à apreciação desta Diretoria para autorização da celebração de Termo Aditivo Contratual, com vistas a estabelecer situação excepcional em que será permitida a autorização de início de obra após a entrega do projeto executivo sem o certificado de inspeção, em exceção à regra estipulada na subcláusula 7.11.1 do [Contrato do Edital de Concessão nº 002/2023](#), para as obras da frente de ampliação de capacidade e melhorias do item 3.2 do [Programa de Exploração da Rodovia - PER](#), previstas para serem executadas até o 5º ano de concessão.

3.3. O histórico do processo e a análise das cláusulas do Termo Aditivo foram analisados pela Nota Técnica - ANTT nº 6857/2024/COGIN/GEGIR/SUOD/DIR-ANTT (SEI nº 26017153), de 06/09/2024.

3.4. A minuta de Termo Aditivo (SEI nº 28564250) foi submetida à Concessionária, nos termos do Ofício nº 41266/2024/COGIP/GEGIR/SUOD/DIR-ANTT (SEI nº 28564686), de 23/12/2024, a qual encaminhou sua concordância em relação às cláusulas, conforme Carta ELP-REG-241226-0009 (SEI nº 28673385), juntamente com a Declaração da Veracidade das Informações (SEI nº 28673391), ambos de 30/12/2024.

3.5. Instada a se manifestar, a Procuradoria Federal junto à ANTT (PF-ANTT) elaborou o Parecer nº 00202/2024/PF-ANTT/PGF/AGU (SEI nº 28312380), corroborado pelo Despacho de Aprovação nº 17184/2024/PF-ANTT/PGF/AGU (SEI nº 28312381), de 25/11/2024, que concluiu:

19. Diante do exposto, levando em conta que a solução parece de fato adequada e necessária ao problema identificado, em linha com precedentes da Agência sobre a matéria, concluímos pela viabilidade jurídica de celebração do aditivo nos moldes pretendidos (SEI 27031632), promovidos os ajustes redacionais propostos.

3.6. Vale destacar que a PF/ANTT tem sugerido uma simplificação dos Termos Aditivos, em especial no que compete à desnecessidade de constarem todos os dados pessoais dos responsáveis pela assinatura do documento. Inclusive, foi encaminhada uma sugestão de estrutura redacional no anexo (SEI nº 28816277). A minuta de Termo Aditivo (SEI nº 28846171) atende às recomendações apresentadas pela PF/ANTT, com exceção da Cláusula *da Vigência e Publicação*, que está ajustada em atendimento ao Despacho GAB-DG (SEI nº 26550490) emanado pelo Gabinete do Diretor-Geral da ANTT, em 11/10/2024, acostado no bojo do Processo SEI nº 50500.028011/2024-77.

3.7. Assim, considerando que a proposta está devidamente motivada e analisada pela SUOD, contando com respaldo legal, contratual e regulamentar, além de ter sido aceita pela concessionária EPR Litoral Pioneiro S/A, proponho a celebração do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Edital nº 002/2023, na forma da minuta acostada aos autos (SEI nº 28695504).

4. DA PROPOSIÇÃO FINAL

4.1. Ante o exposto, considerando as manifestações técnicas e jurídicas contidas no processo, VOTO por aprovar a proposta de celebração do 2º Termo Aditivo ao [Contrato do Edital de Concessão nº 002/2023](#), a ser celebrado entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a concessionária EPR Litoral Pioneiro S.A, nos termos das minutas de Termo Aditivo (SEI nº 29673767), de Extrato de Termo Aditivo (SEI nº 29673775) e de Deliberação (SEI nº 29673756) acostadas aos autos.

*(assinado eletronicamente)***Lucas Asfor Rocha Lima**

Diretor



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS ASFOR ROCHA LIMA, Diretor**, em 10/02/2025, às 12:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **29666570** e o código CRC **DB577E0E**.

Referência: Processo nº 50500.168692/2024-13

SEI nº 29666570

St. de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 - Telefone Sede: 61 3410-1000 Ouvidoria ANTT: 166

CEP 70200-003 Brasília/DF - www.antt.gov.br